

As Estatísticas do Banco de Portugal, a Economia e as Empresas

Teodora Cardoso

1ª Conferência da Central de
Balanços

Lisboa, 10 Janeiro 2011

O Banco de Portugal e as Estatísticas

- O Banco de Portugal tem uma longa tradição no domínio da produção e divulgação de estatísticas sobre a economia portuguesa, tanto a nível macro como microeconómico.
- A vertente microeconómica tem vindo a ganhar importância,
 - por razões técnicas e de disponibilidade de informação de base,
 - mas também pela sua relevância crescente num contexto de mudanças estruturais profundas da economia mundial e europeia

Conferência da Central de Balanços

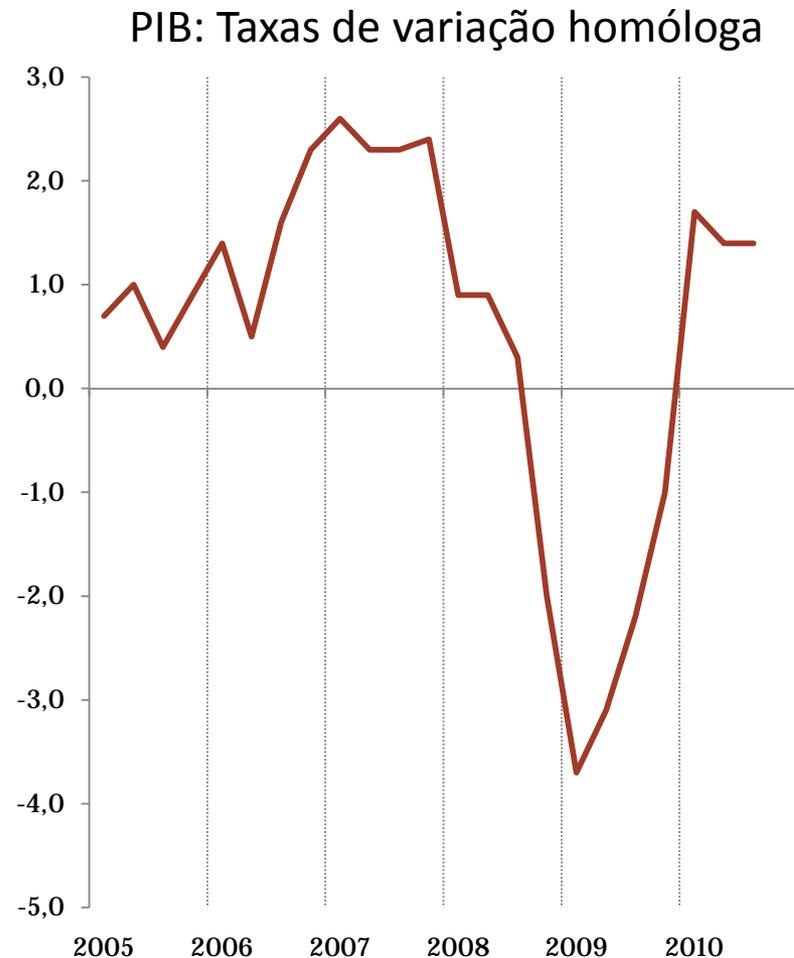
- A disponibilidade de informação estatística e o apetite e a capacidade para a usar são indicadores relevantes do desenvolvimento económico e empresarial de um país e o Banco de Portugal empenha-se, desde há muito, em contribuir para a sua melhoria
- Esta Primeira Conferência da Central de Balanços procura constituir um desses contributos

Objectivos

- Divulgar o trabalho realizado pelo Departamento de Estatística do Banco nesta área
- Alargar o contacto directo com o universo das empresas não financeiras, em especial das PME's
- A Conferência realiza-se num momento em que a economia portuguesa se prepara para atravessar uma fase crítica para o seu desenvolvimento, na qual o papel das empresas será particularmente decisivo
- Uma condição essencial ao bom desempenho desse papel é a disponibilização de informação às empresas, num quadro útil à definição das suas estratégias

2010 começou bem

- A procura externa iniciou a recuperação
- O PIB em Portugal acompanhou essa viragem
- As exportações responderam bem ao estímulo do exterior



Porém...

- As más notícias surgiram no final do primeiro trimestre, com o anúncio do déficit orçamental de 2009 (9.3%), muito superior ao anunciado
- Consequência: necessidade de reforço do ajustamento orçamental, com implicações inevitáveis sobre o consumo e o investimento

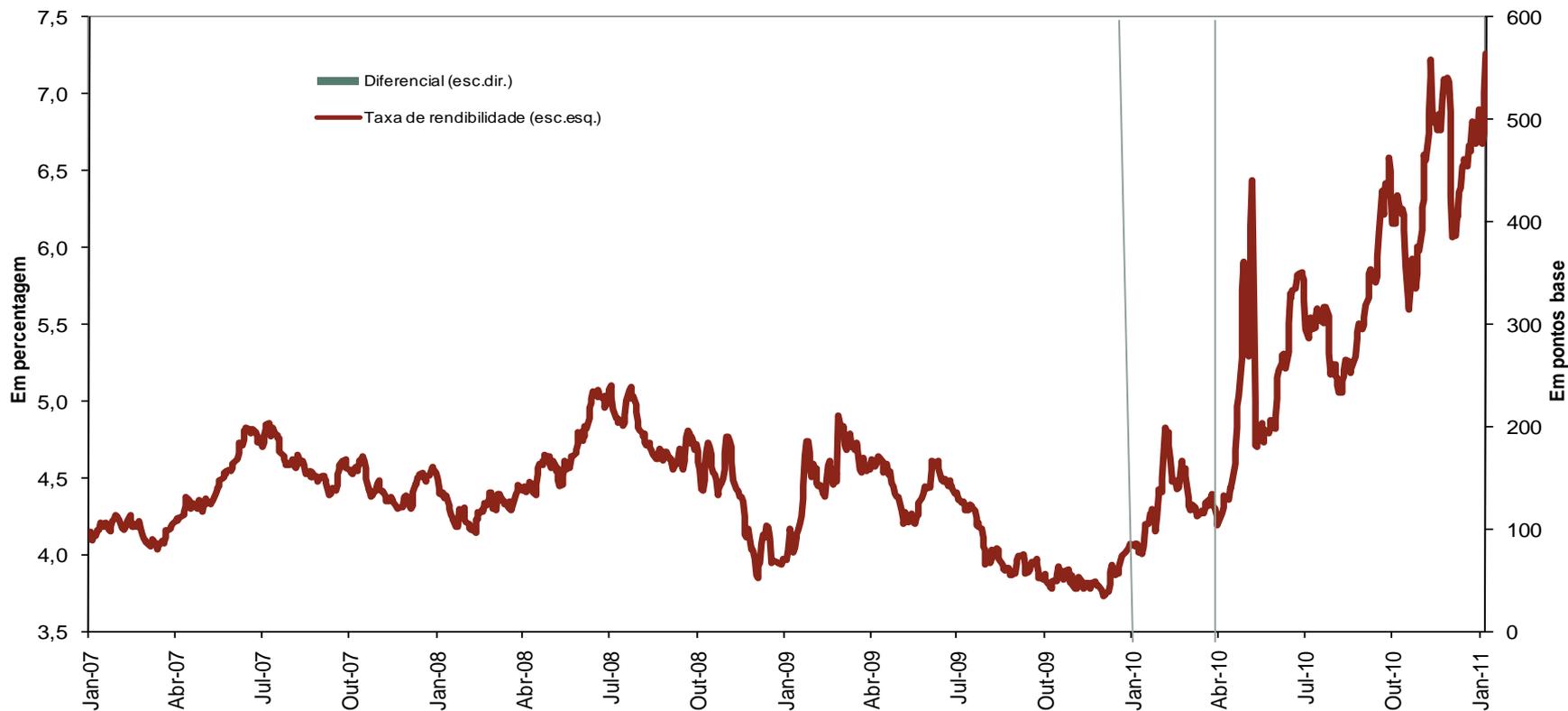
A crise da dívida soberana

- A partir do final de Abril, o panorama adensou-se com o recrudescer da turbulência nos mercados financeiros internacionais, em particular caracterizada pela introdução de uma forte diferenciação do risco soberano a nível europeu
- A crise, iniciada na Grécia, estendeu-se aos países com níveis de endividamento externo elevado e que enfrentavam – por razões diversas – dificuldades em simultaneamente acelerar o crescimento da economia e reduzir os desequilíbrios financeiros

O resto de 2010: execução orçamental

- Ao longo do ano, as notícias relativas à execução orçamental foram assinalando a insuficiência da correcção
- Assim aumentou, não só o prémio de risco atribuído à dívida portuguesa, como a dificuldade de acesso dos bancos portugueses às fontes de financiamento estáveis a que normalmente recorriam

Taxas de rendibilidade da dívida pública portuguesa e diferencial face à dívida pública alemã (10 anos)



Fontes: Reuters e Banco de Portugal.

Nota: taxas de rendibilidade obtidas em fecho de dia. O diferencial foi calculado interpolando a curva de rendimentos alemã, de forma a garantir que a taxa de rendibilidade do *benchmark* a 10 anos português esteja a ser comparada com uma *yield* alemã com maturidade semelhante.

O resto de 2010: o crédito e a economia

- A despeito da crise, o crédito bancário, embora em desaceleração, continuou a crescer mais do que na generalidade dos parceiros europeus, com o seu custo a reflectir só muito parcialmente as dificuldades sentidas nos mercados internacionais
- Por seu lado, o consumo, tanto público como privado, só no terceiro trimestre começou a mostrar tendência de abrandamento

A intervenção do Eurosistema

- A intervenção do Eurosistema e, em particular, do Banco Central Europeu, no exercício das funções que lhe são próprias, suportou a liquidez dos bancos portugueses
- Porém, as próprias responsabilidades do banco central, em matéria de política monetária e de estabilidade financeira, determinam o carácter temporário dessa actuação e exigem a adopção de um programa credível de política económica, capaz de restituir confiança aos investidores internacionais.

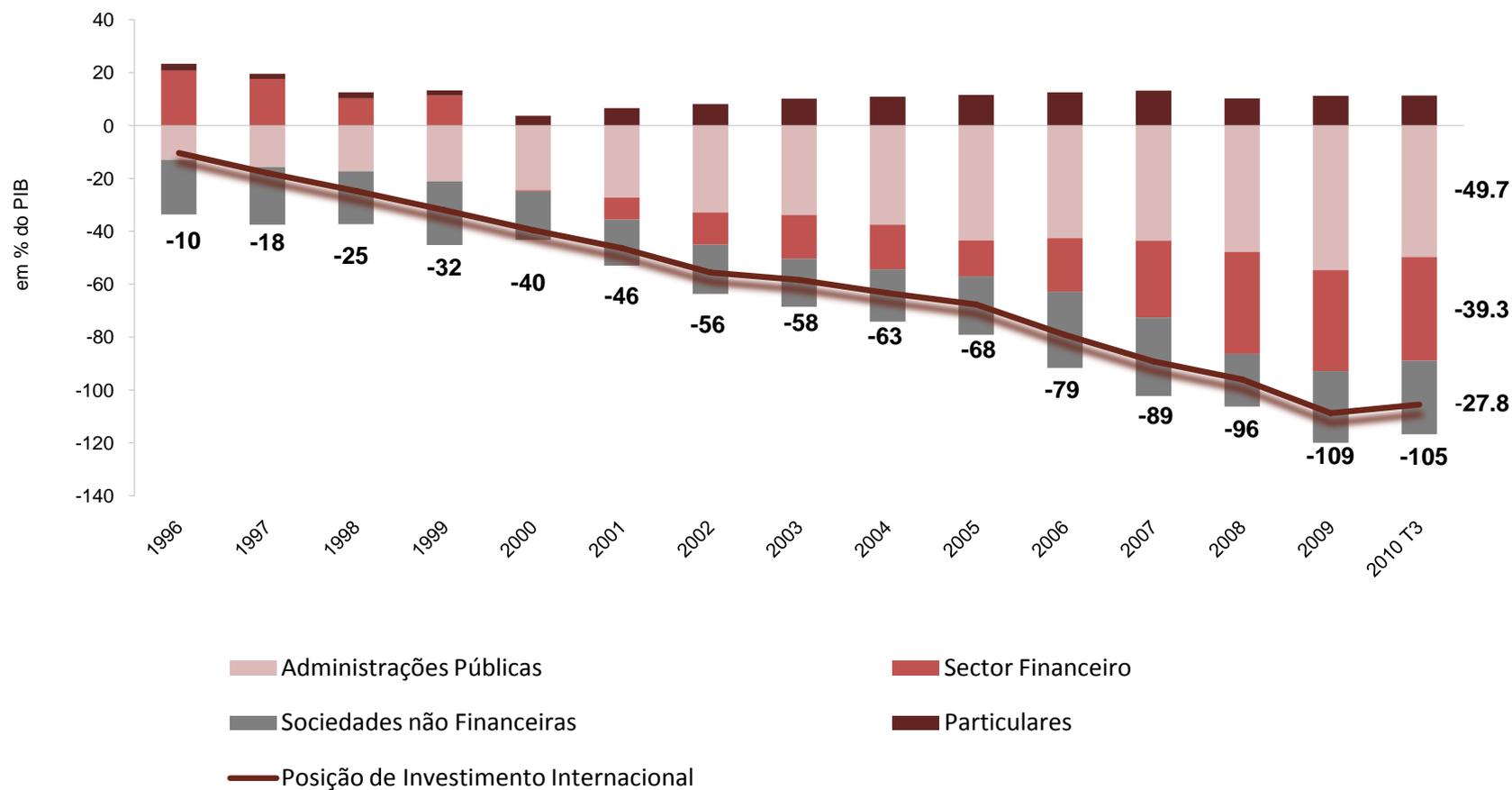
Consequências

- Face a este panorama, os custos de financiamento do Estado e dos bancos portugueses continuaram a agravar-se, com duas implicações:
 - i. a exigência de políticas decisivas destinadas a assegurar a sustentabilidade das finanças públicas e do financiamento externo do País, mas com impacto negativo sobre a procura interna
 - ii. o reforço da capacidade competitiva e de crescimento potencial da economia

O ajustamento necessário

- Assim, ao contrário do legado de retoma da economia e de consolidação orçamental esperado no início do ano, 2010 deixou-nos confrontados com um novo período de ajustamento, especialmente difícil porque o país terá de corrigir a trajectória do seu endividamento face ao exterior
- Nessa correcção estará directamente implicado o Estado, mas também as empresas e os particulares

Posição de Investimento Internacional



A exigência de crescimento

- Ao mesmo tempo, porém, Portugal terá de garantir o reforço do crescimento potencial da economia, o que supõe um crescimento
 - **que não dependa das despesas públicas**
 - **que resulte de ganhos de competitividade assentes no aumento da produtividade e do emprego**
 - **dirigido para os mercados externos**
 - **financiado pelo aumento da poupança interna, pública e privada**

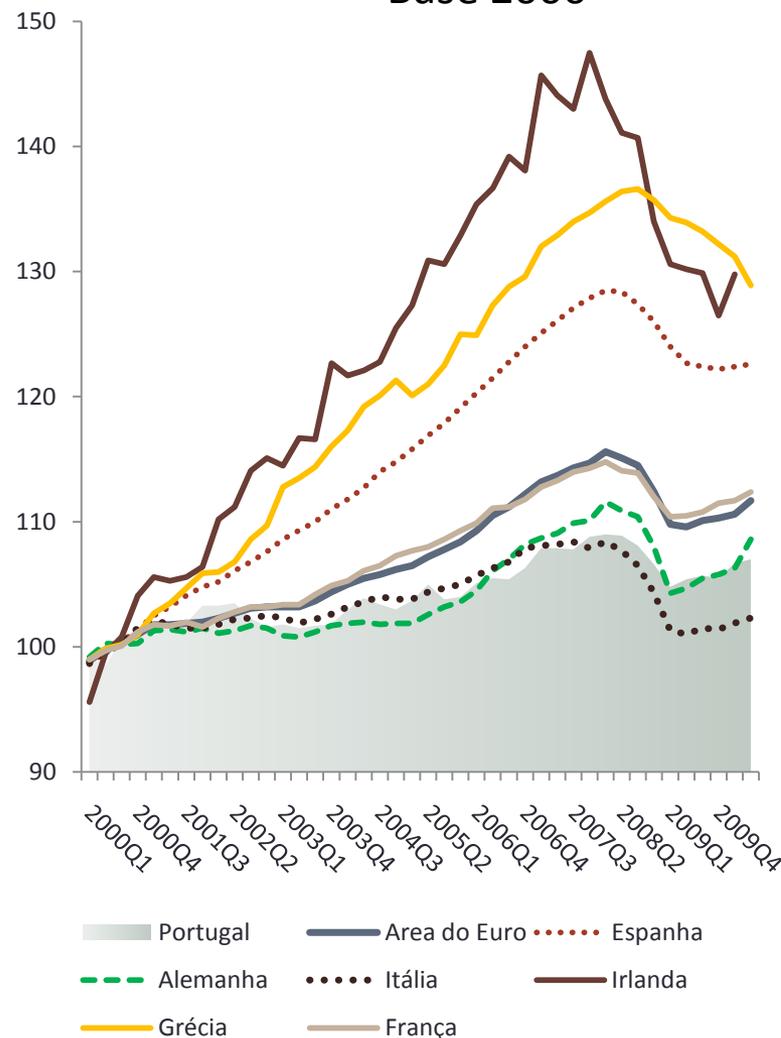
Crescimento 2000-2010

Crescimento médio anual
2000-2010 (em %):

- Área do euro 1.1
- Alemanha 0.6
- França 1.2
- Itália 0.2
- Espanha 2.0
- Grécia 2.6
- Irlanda 2.7
- **Portugal 0.6**

- EUA 1.8
- Japão 0.6

Crescimento acumulado do PIB
(2000T1 a 2010T2)
Base 2000



(Re)Pensar o futuro

- Uma frase célebre de Einstein dizia: “Nunca penso no futuro. Ele não tarda a chegar.”
- Tal como Einstein, a maioria dos empresários também reconhecem que é mínima ou mesmo nula a sua capacidade de influenciar as forças que irão determinar o futuro
- Contudo, têm de preparar-se para lhes reagir ou, melhor ainda, devem procurar tirar vantagem de as antecipar
Sobretudo não podem correr o risco de ignorá-las, nem ter a ilusão de poder influenciá-las através do Estado